

# Declaração de Sevilha sobre a Integração da Dimensão Social na Investigação e Gestão das Paisagens Culturais



## Introdução

De 30 de Novembro e 1 de Dezembro de 2022, realizou-se em Sevilha o Simpósio Internacional Paisagens Culturais e Percepções Sociais, o evento final do projeto 'Paisagem e Sociedade. Análise da Percepção Social em Paisagens Culturais' (PAYSOC)\* liderado pelo Instituto Andaluz do Património Histórico em colaboração com a Universidade de Sevilha, a Universidade Europeia das Canárias, a Universidade Pablo de Olavide e a Universidade de Ferrara. Este Simpósio reuniu especialistas de Portugal, França, Itália e Espanha para apresentar os resultados das suas investigações sobre aspetos teóricos, metodológicos e experiências práticas de integração da dimensão social na investigação e gestão de paisagens culturais.

Em termos gerais, este fórum apelou à integração da dimensão social em todos os aspetos da investigação e gestão das paisagens culturais, tanto para a sua identificação e caracterização, como para a definição e aplicação de objetivos de qualidade da paisagem. Neste contexto, a dimensão social tem sido entendida como o conjunto de aspetos que dizem respeito à interação entre sociedade e paisagens, tanto no passado como no presente, incluindo aspetos percetuais, sensoriais e emocionais, representações sociais e a participação ativa da população na sua investigação e gestão.

Como resultado, esta Declaração é redigida com especial foco nas paisagens culturais, aquelas que são reconhecidas pelas administrações responsáveis pelos seus valores patrimoniais, pela gestão do património cultural, embora os seus signatários compreendam que as suas

considerações possam ser alargadas a todas as paisagens. Está também em consonância com os princípios que se têm refletido em anteriores acordos internacionais sobre esta matéria, entre os quais se destacam os seguintes:

- a) *Recomendação R(95) sobre a conservação integrada das áreas de paisagem cultural como parte das políticas paisagísticas (Conselho da Europa, 1995) no que diz respeito à definição de áreas de paisagem cultural (artigo 1), à participação efetiva do público nos processos de avaliação e gestão da paisagem (artigo 4.4.viii) e à integração da compreensão da forma como a paisagem tem sido percebida na história dos programas educativos (artigo 9.2.c).*
- b) *Convenção de Aarhus sobre Acesso à Informação, Participação do Público na Tomada de Decisões e Acesso à Justiça em Matéria Ambiental (Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa, 1999), na medida em que considera o estado dos sítios e edifícios culturais como parte da informação ambiental na medida em que são ou podem ser alterados pelo estado dos elementos ambientais (Artigo 3c).*
- c) *Convenção sobre Paisagens do Conselho da Europa (Conselho da Europa, 2000) em relação à importância dada à perceção pública na definição de paisagem (Artigo 1) e à participação do público na formulação e implementação de políticas paisagísticas (Artigo 5c), especialmente na definição de objetivos de qualidade da paisagem (Artigo 6.2.D).*
- d) *Convenção de Faro sobre o Valor do Património Cultural para a Sociedade (Conselho da Europa, 2005), no que diz respeito ao direito da sociedade ao património cultural que permeia toda a Convenção, especialmente o artigo 4º, e à participação democrática em todos os aspetos do seu conhecimento e gestão (artigo 12º).*

*e) Declaração de Xi'an sobre a conservação de estruturas, sítios e áreas patrimoniais (ICOMOS, 2005), que considera o seu significado e carácter distintivo da perceção dos seus valores sociais, espirituais, históricos, artísticos, estéticos, naturais, científicos ou outros valores culturais (Art.2).*

*f) Carta Cultural Ibero-Americana (OEI, 2006), que se baseia numa série de princípios incluindo a participação dos cidadãos como aspecto essencial para o desenvolvimento das culturas.*

*g) Resolução do Parlamento Europeu de 8 de Setembro de 2015, para uma abordagem integrada do património cultural europeu (Parlamento Europeu, 2015), apoiando a concepção de novos modelos de governação participativa para a sua gestão (artigos 14º a 21º).*

*h) Recomendação (2017)1 do Conselho de Ministros aos Estados-Membros sobre a Estratégia do Património Cultural Europeu para o Século XXI (Conselho da Europa, 2017), que dedica a secção VI.I. às relações entre património e sociedade e governação participativa para a transmissão de valores democráticos e a boa gestão.*

*i) Orientações Técnicas para a Aplicação da Convenção do Património Mundial Natural e Cultural (UNESCO), que promove a participação das comunidades locais e outros interessados na preparação de listas provisórias (art. 64º); nos planos de gestão (art. 111ºa); na utilização sustentável dos bens (art. 119º); na preparação das propostas de inscrição (art. 123º); nos objetivos de promoção do apoio à Convenção (2011d) e nas atividades educativas (art. 220º). Do mesmo modo, propõe a integração de perceções e a associação de ideias e ligações visuais em planos*

*de gestão, considerando um ambiente que pode ir além da zona tampão dos bens declarados (art. 112º).*

*Com base nestes princípios, nos antecedentes científicos e técnicos dos signatários da presente Declaração e no âmbito da necessária implementação dos acordos internacionais acima mencionados, fica acordado submeter as seguintes recomendações ao Conselho da Europa, ao Centro do Património Mundial e ao ICOMOS:*

### **1. Considerar a posição de todos os intervenientes na investigação e gestão de paisagens culturais.**

É necessário identificar adequadamente todos os intervenientes na implementação de projetos de investigação e gestão em paisagens culturais, tanto os que representam posições maioritárias e minoritárias, como a sua capacidade de influência e tentando sempre integrar todos os intervenientes nelas presentes. Nesta tarefa, a elaboração de um mapa das partes interessadas refletindo a sua estrutura social, relações e interesses é, portanto, o ponto de partida.

### **2. Compreender as perceções e representações sociais das paisagens culturais.**

O conhecimento das perceções e representações sociais das paisagens culturais é um imperativo, não só para o próprio conhecimento, mas também para a aplicação da Convenção sobre a Paisagem do Conselho da Europa, que incorpora aspetos percutivos na sua própria definição. Os instrumentos para obter tais conhecimentos são variados e devem basear-se na aplicação de técnicas tanto quantitativas como qualitativas por pessoal técnico especializado, tendo sempre em conta as diferentes

posições discursivas e sem ignorar os pontos de convergência ou de divergência entre agentes. Deve também ter-se em conta que as perceções incluem locais e estrangeiras, coletivas e individuais, passadas e presentes, emocionais e sensoriais, e que tudo se pode refletir nas imagens projetadas pela arte, literatura, promoção do turismo, meios de comunicação social, redes sociais, academia e instituições, entre outros.

### **3. Assegurar o desenvolvimento da investigação sobre a dimensão social da paisagem.**

O desenvolvimento de investigação inovadora em todos os aspetos relacionados com a dimensão social das paisagens culturais reforçará a especialização na aplicação de métodos e técnicas para a sua análise e aplicação na investigação e gestão de paisagens culturais. A investigação científica interdisciplinar, transnacional e pública e os eventos científicos/técnicos serão encorajados a fomentar o intercâmbio de ideias e experiências.

### **4. Integrar as perceções e representações sociais nas normas e estratégias de paisagem.**

Cada escala de ação política (internacional, nacional, regional ou local) e sectorial (cultura, ambiente, turismo, planeamento urbano e regional, agricultura, indústria e energia) deve desenvolver normas e estratégias para a paisagem cultural, tendo em conta a diversidade de pontos de vista, ou seja, as perceções e representações sociais das paisagens, bem como o conjunto de propostas associadas a cada uma delas.

## **5. Assegurar a incorporação da dimensão social nas políticas territoriais**

Todas as políticas relacionadas com planeamento territorial, agricultura, infraestruturas, urbanismo, energia, turismo, ambiente e património natural e cultural com competências na gestão de paisagens culturais devem incluir a sua dimensão social, a fim de melhorar a sua proteção, gestão e planeamento através de uma ação concertada. Esta é a única forma de lançar as bases para uma governação real e eficaz das paisagens culturais.

## **6. Sensibilizar para a importância dos valores paisagísticos na qualidade de vida e no fortalecimento das culturas locais.**

Uma gestão eficiente requer que os interessados - populações locais e visitantes, associações, instituições educativas, funcionários eleitos locais, profissionais e sociedade civil em geral - tenham as competências necessárias, tanto para atuar como pontos focais de várias operações de recolha de informação sobre perceções sociais e representações de paisagens culturais, como para definir objetivos de qualidade da paisagem e para participar na sua implementação e monitorização.

## **7. Sensibilizar, formar e educar para preservar as paisagens culturais e promover uma cultura paisagista atenta aos seus valores.**

É necessário integrar conteúdos relacionados com os valores patrimoniais materiais e imateriais das paisagens culturais nos planos de comunicação e programas de formação e educação, a fim de encorajar o seu respeito, tanto pelas populações locais como pelos responsáveis pela sua gestão ou que nelas exercem atividades económicas, especialmente as relacionadas com o turismo e outras atividades de lazer.

## **8. Facilitar a participação social efetiva**

A participação social tornou-se um princípio indispensável para qualquer ação em prol da manutenção ou da melhoria da qualidade das paisagens. Ao contrário de outros bens do património cultural, as paisagens culturais são transformadas e é necessário gerir as suas mudanças através do desenvolvimento dos instrumentos necessários. Os processos participativos podem ser aplicados tanto para a identificação e caracterização das paisagens culturais, como para o estudo das perceções e representações sociais ou para a definição e acompanhamento dos objetivos de qualidade da paisagem, tendo sempre em conta as diferentes posições e pontos de vista derivados das características específicas da estrutura social e económica existente em cada caso. tradução da versão em espanhol

## Assinam:

Juan José Primo Jurado. Diretor del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico.

Ramón A. Pico Valimaña. Diretor da Escola Técnica Superior de Arquitectura de Sevilla Blanca del Espino Hidalgo. Chefe do Centro de Documentación y Estudios del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico.

### **Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico** (Laboratorio de Paisaje Cultural)

Silvia Fernández Cacho

Isabel María Durán Salado.

José Manuel Díaz Iglesias

Jesús Cuevas García

José María Rodrigo Cámara

### **Universidad de Sevilla**

María Jesús Albarreal Núñez. Escuela Técnica Superior de Ingeniería de la Edificación.

Víctor Fernández Salinas. Departamento de Geografía Humana.

Mar Loren-Méndez. Departamento de Historia, Teoría y Composición Arquitectónica.

Federico Pozo Cuevas. Departamento de Sociología

Adrián Rodríguez-Segura. Departamento de Historia, Teoría y Composición Arquitectónica.

### **Università Cà Foscari di Venezia**

Francesco Vallerani. Dipartimento di Economia.

### **Universidade de Lisboa**

Rosario Oliveira. Instituto de Ciências Sociais.

### **Universidad Europea de Canarias**

Elena Pérez González. Facultad de Ciencias Sociales.

### **Centre National de la Recherche Scientifique et Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne**

Yves Luginbühl. Unité Mixte de Recherche Laboratoire Dynamiques Sociales et Recompositions des Espaces

### **Università degli Studi di Ferrara**

Francesca Leder. Dipartimento di Architettura

### **Consejo Superior de Investigaciones Científicas** (Instituto de Ciencias del Patrimonio)

César González Pérez

Patricia Martín Rodilla

### **Junta de Andalucía y Universidades Públicas Andaluzas**

(Centro de Estudios Paisaje y Territorio)

Juan José Domínguez Vela

Irena García Vázquez

Jesús Rodríguez Rodríguez

Carmen Venegas Moreno

### **Universidade do Minho**

Rebeca Blanco Rotea. Laboratório de Paisagens, Património e Território.

### **Universidad Complutense de Madrid**

Alicia Castillo Mena. Grupo de Investigación Gestión del Patrimonio Cultural.

### **Universidad Politécnica de Madrid**

Nicolás Mariné Carretero. Grupo de Investigación Paisaje Cultural

### **Universitat Politècnica de Catalunya**

Joaquín Sabaté Bel. Laboratorio Internacional de Paisajes Culturales.

### **Observatori del Paisatge de Catalunya**

Pere Sala i Martí. Direcció

### **Profesionales**

Chiara Spadaro. Antropóloga

Ana Coronado Sánchez. Arquitecta

Francesca Eugenia Damiano. Arquitecta



\* O projeto PAYSOC (RTI2018-096611-B-100) foi financiado por MCIN/AEI/10.13039/501100011033 e por FEDER « Uma maneira de fazer a Europa »